



Of. 046/2014

Goiânia/GO, 24 de Novembro de 2014

A:

SECON - Serviço de Contabilidade
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Ref.: Retenção indevida do ISS
Processo: 31.250/2013

Objeto: Elaboração de projetos básico e executivo, do orçamento e detalhado e do caderno de encargos para a substituição do sistema de ar condicionado existente no Ed. Anexo do TCDF.

Prezados (as),

Através do Contrato n. 09/2014, celebrado entre JMULLER ARQUITETURA LTDA-ME e TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, prestamos serviços relacionados à **ELABORAÇÃO DE PROJETOS** Básicos e Executivos para substituição do sistema de Ar Condicionado existente no Ed. Anexo do TC DF.

Entretanto, através do e-mail:

secon.gab@tc.df.gov.br <secon.gab@tc.df.gov.br>
Para: contato@jmullearquitetura.com.br

21 de novembro de 2014 17:40

Prezado,

segue em anexo a Declaração de Retenção do ISS referentes ao mês OUTUBRO/14.


Ressaltamos que a CONFIRMAÇÃO de recebimento desta mensagem configura-se necessária para garantir a efetividade deste procedimento.

Conforme falado por meio de contato telefônico, a retenção à alíquota de 2% foi efetuada conforme Decreto 25508/05-DF. Salienta-se que o fato de a empresa JMULLER ARQUITETURA LTDA ser domiciliada fora do Distrito Federal, não isenta a retenção do ISS na fonte conforme consulta efetuada junto ao Núcleo de Monitoramento do ISS que segue como anexo neste e-mail.

Att,

Brenno Carvalho Botelho
Serviço de Contabilidade - TCDF
Telefone: [\(61\) 3314-2212](tel:(61)3314-2212)

2 anexos

 **NUISS.pdf**
51K

 **JMULLER.rtf**
9K





A empresa foi notificada que houve retenções de ISS (Imposto sobre Serviços) por parte do TC DF, nas suas Notas Fiscais:

- Nº 25/2014 no valor de R\$ 164,60;
- Nº 32/2014 no valor de R\$ 807,99;

Com base na Lei Complementar nº 116/2003, no qual dispõe sobre os Impostos sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e Distrito Federal.

A retenção do ISS pelo Tomador de Serviços não deve ser realizada, pois o serviço **7.03** da Lista Anexa:

7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.

Não estão previstas nas exceções dos incisos I a XXII, de que trata o Artigo abaixo:

Art. 3º - O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXII, quando o imposto será devido no local.

Sendo assim, o Imposto é devido no Estabelecimento Prestador, neste caso Goiânia/GO.

Art. 4º Considera-se estabelecimento prestador o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

Diante do exposto, solicitamos urgentemente ressarcimento dos valores citados e antecipamos que a Nota Fiscal nº 33 de valor total R\$ 5.348,42 não deve ser realizada.



Atenciosamente,

Jeankeli Muller
Representante Legal